

Brasília, 22 de agosto de 2012.

À Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

Os professores federais, em greve nacional há três meses, vêm mais uma vez solicitar apoio aos membros da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e demais parlamentares para que atuem junto ao Executivo no sentido de reabrir as negociações interrompidas unilateralmente pelo governo no dia 1º de agosto, justamente quando a representação docente apresentou documento contendo propostas concretas, em aberto quanto a valores e índices, cobrando negociações que propiciassem a reestruturação da carreira (Anexo I). Nesta mesma oportunidade, seus interlocutores oficiais desconsideraram a pauta de reivindicações relativas às condições de trabalho e estudo nas instituições federais de ensino (Anexo II).

No dia 29 de maio, o Comando Nacional de Greve foi recebido por esta Comissão, oportunidade em que apresentou a pauta de reivindicações da categoria (Anexo III), tendo obtido importante apoio parlamentar, o que contribuiu para fazer com que o governo recebesse a representação dos professores, mas não foi suficiente para fazê-lo considerar a pauta da greve. Os docentes de todo o país rejeitaram, em assembleias gerais, essa postura do governo, mantiveram e reafirmaram a greve, solicitando formalmente, no dia 09 de agosto, à Ministra Mirian Belchior e ao Ministro Aloísio Mercadante reabertura das negociações (Anexo IV).

Os professores têm demonstrado, ao longo de todo período, a disposição para negociar e agora, mais uma vez, o fazem apresentando contraproposta (Anexo V) que preserva em sua conceituação a natureza do trabalho acadêmico, reduz os valores da malha salarial originalmente proposta ao aceitar o piso e o teto propostos pelo governo.

Respeitados os princípios originais da proposta de carreira única do ANDES-SN e as conquistas efetivadas em 1987 quando da implantação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, o Movimento Docente aceita o valor do piso proposto pelo governo e reduz de 5% para 4% os degraus entre os níveis remuneratórios, efetivamente reestruturando a carreira, com evolução em percentuais uniformes entre níveis remuneratórios, fatores definidos para a remuneração dos regimes de trabalho, percentual definido de cada titulação como parte constitutiva do vencimento. A reestruturação que propomos garante tratamento isonômico, o que inexiste na carreira atual e, menos ainda, na proposta apresentada pelo governo.

Solicitamos aos parlamentares membros da Comissão de Educação da Câmara que sejam intermediários para reabertura de negociações neste patamar.

CNG-ANDES-SN